



1. Tomaremos como referencial teórico as perspectivas de Max Weber e Antonio Gramsci por refletirem as dimensões do Estado, Política e Poder em uma abordagem que já supõe o Estado Moderno republicano como realidade histórica e, apesar de abordarem as concepções anteriores como escopo em suas análises, pensam a questão do Poder mediados pelos dilemas da Democracia.

Max Weber aborda a política como uma das dimensões fundamentais da sociedade - ao lado da cultura, a política é uma das esferas em que a "ação social" se evidencia. Nos seus termos, "a política é a luta para participar do poder ou influenciar sua repartição". Assim, o Poder não é o exercício estrito do comando por determinado grupo social, mas a probabilidade de realização de determinados fins e interesses que encontra obediência no grupo social em que se aplica.

O desenvolvimento lógico da concepção de Weber supõe que o exercício do Poder em um ambiente de disputas políticas, requer convencimento para que se realize de forma legítima. A concepção de "dominação legítima" supõe a estabilidade do poder, a sua ação duradoura. O autor aponta ainda as formas como essa legitimidade se apresentam historicamente: a dominação tradicional, empenhada e aceita através de mecanismos de tradição; a racional-legal, típica dos estados modernos, pressupõe um código ou legislação que a defina; e a carismática, fruto de identificação afetiva ou simbólica entre o soberano e o grupo que o legitima.

Weber caracteriza ainda, que todo o jogo político que se desdobra na sociedade em torno do Poder, só é possível e justifica-se pela existência do Estado. Para o autor, o Estado caracteriza-se pelo "monopólio do uso legítimo da força", a que lhe garante soberania na ação política. "A violência não é o único instrumento do estado, mas é seu instrumento específico". Weber não defende que a violência por si só garanta o Poder, mas reconhece que em última instância é a que lhe garante a dominação, permitindo que o grupo social que o detém exerça influência definitiva nas disputas políticas.

Antonio Gramsci, intelectual italiano marxista, refletiu a política com uma posição ideológica mais claramente demarcada. No



Âmbito da Ciência Política sua teoria reflete também seu engajamento nos assuntos de seu tempo histórico. Neste sentido, sua concepção política de 'disputas de hegemonia' está em sintonia com as teorias que concebem o conflito entre as classes sociais como o centro do praxis social. A política, a cultura, a produção intelectual seriam campos de disputas ideológicas, concepções e projetos de sociedade que compõem as possibilidades de exercício do poder político. O Estado, visto como agência do poder político da classe que o ocupa, não está incluído de todas as disputas políticas enredadas na "luta de classes". O poder não é, para Gramsci, apenas o governo, a polícia, o tribunal, ou a violência exercida pelo Estado, mas toda a hegemonia que está em jogo na disputa de ideias, na produção cultural, na informação e contra-informação gerada pelos atores sociais. Assim, a hegemonia política se manifesta no Poder do Estado mas também fora dele em momentos de ascensão das lutas das classes subalternas. Nessa concepção parece possível que haja hegemonia política sem Poder, ou Poder sem hegemonia.

Em Gramsci, o Estado moderno aparece identificado com a concepção de Marx, mas com uma leitura atualizada às experiências do século XX; já o concebe de maneira em que há possibilidades de disputa e influência através de ação política organizada junto às massas aliadas do poder, influenciando uma contra-hegemonia capaz de disputar o poder do Estado.

2. A realidade política brasileira não é bidimensional, apesar da tendência atual em compreender as disputas políticas em "duas cores", como se houvessem apenas dois lados na crise de instituições que convencionalmente se chama "crise da democracia brasileira". República tardia e consolidada com pouquíssimo protagonismo popular, o Brasil tem apresentado uma "paleta de cores" variada e difusa, a qual a teoria, não podendo defini-la, ilumina interpretações.

A crise atual emana do Estado mas não se encerra nele, de forma que algumas das leituras de Weber e Gramsci são pertinentes. É difícil definir em uma palavra a situação política, mas tentamos caracterizá-la brevemente. Após três governos de um partido historicamente ligado ao espectro político da esquerda (o PT) em aliança com um partido de centro-direita (o PMDB) é eleita em disputa acirrada, a presidente Dilma Rousseff. Diante da crise econômica e insatisfação da oposição derrotada, ela sofre processo de impedimento através de manobras patrianas entre partidos opositores e de própria base governista. Amparado por impressionante cobertura midiática, o processo completa-se e o vice-presidente Michel Temer é empossado, mesmo sendo alvo de acusações de improbidade.

Diante de um legislativo desacreditado por escândalos de corrupção, a nova composição governamental realiza uma agenda de contra-reformas que historicamente vinham sendo rejeitadas no parlamento. A estrutura política, às vésperas do processo eleitoral, respira e atmosfera política bem além das expectativas democráticas.

Apontamos inicialmente a questão da legitimidade. Em Weber, a dominação legítima não se dá estritamente pela força. No caso do atual governo, sua legitimidade é timidamente partida pela legalidade. As interpretações que lhe defendem, se não afrouxam os critérios de legitimidade, ao menos os relativizam a fim de manter a estabilidade do chefe do Estado. Não parece haver convencimento, uma vez que a maioria da população rejeita o governo e suas ações. Não há perspectiva de exercício duradouro do poder senão pela força.

Desfeitos os acordos entre PT e PMDB acerca da repartição do poder, não há consenso para governança. Assim, vale-se da autoridade da investidura do cargo para garantir brios de legitimidade.

Diante da instabilidade do governo, movimentam-se à esquerda e à direita, forças que na disputa de hegemonia, lançam



suas fichas. Neste aspecto, a teoria de Antonio Gramsci aponta elementos que escapam ao Poder do Estado. Os aparatos midiáticos, os movimentos sociais, a intervenção cultural cumprem papel fundamental no jogo das disputas por hegemonia e no questionamento ou validação da legitimidade do governo. Movimentos de toda ordem surgem para expressar posição e demarcar novos campos para as disputas eleitorais que se aproximam.

A crise institucional é profunda e não se deu por este ou aquele personagem específico. Reflete as relações profundas entre as esferas pública e privada, bem como as minuciosidades das relações entre as classes no jogo das disputas palacianas. Se agora fundem-se aspectos autoritários ao jogo democrático, ou se diante da falta de legitimidade resta a força, a crise não é fruto de um ou outro governo, mas da complexa teia de relações entre partidos, classes, instituições na disputa por hegemonia.

Resta a crença - profissão de fé - de que o jogo das disputas de hegemonia triunfe sobre a esparta. Que a pluralidade dos discursos, própria da democracia, prevaleça ao dogmatismo e fundamentalismo dos oportunistas.

3. Aula 1. Poder, Política e Estado: conceitos fundamentais

Aula 2. Teorias Clássicas do Estado: Aristóteles, Maquiavel, Contratualismo

Aula 3. O que pode o Estado? Poder e legitimidade em Max Weber e Antonio Gramsci



Aula 4. - O Estado-Nação: cidadania e participação política  
NA modernidade

Aula 1 - Abertura - Sondagem.

O que é Política? → meio para exercício do Poder

O que é Poder? → capacidade de atingir objetivos particulares em  
meio à disputas. Exercício da dominação pelo convencimento  
ou pela força

O Estado é a instância máxima em que o Poder